

**CENTRO UNIVERSITÁRIO IBMR  
CURSO DE GRADUAÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**CARLO DOS SANTOS LUBRANO**

**A DIPLOMACIA CLIMÁTICA BRASILEIRA NA ARENA INTERNACIONAL:  
ANÁLISE DAS NORMAS, IDENTIDADES E DESAFIOS NO PERÍODO DA COP23  
ATÉ A COP24**

**RIO DE JANEIRO**

**2023**

CARLO DOS SANTOS LUBRANO

**A DIPLOMACIA CLIMÁTICA BRASILEIRA NA ARENA INTERNACIONAL:  
ANÁLISE DAS NORMAS, IDENTIDADES E DESAFIOS NO PERÍODO DA COP23  
ATÉ A COP24**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário IBMR, Campus Botafogo, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Henrique Magalhães

RIO DE JANEIRO

2023

## **AGRADECIMENTOS**

A minha família.

*"N3o espere. O tempo nunca ser3a o certo".  
(Napoleon Hill)*

## RESUMO

Este trabalho se propôs a analisar a atuação da diplomacia climática brasileira no período compreendido entre a COP23 e a COP24, explorando as dinâmicas das normas, identidades e desafios enfrentados. A pesquisa revelou que, embora o Brasil tenha demonstrado alinhamento retórico com acordos internacionais, a implementação efetiva das normas climáticas enfrentou desafios significativos, evidenciando a tensão entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade. A construção da identidade brasileira na arena climática global foi examinada, destacando o país como um protagonista ambivalente, navegando entre suas responsabilidades globais e as demandas locais por crescimento. A análise também revelou a necessidade de uma abordagem coordenada diante dos desafios geopolíticos e econômicos, sublinhando a importância de medidas práticas para traduzir compromissos em ações eficazes. As negociações internacionais entre a COP23 e a COP24 mostraram o Brasil desempenhando papéis diversos, destacando a importância da cooperação regional e internacional. A participação ativa em discussões sobre financiamento climático e transferência de tecnologia indicou uma compreensão crescente da necessidade de recursos e colaboração global. No entanto, a análise ressaltou a importância de uma estratégia diplomática coesa para garantir o alcance efetivo das metas ambientais. Além disso, a pesquisa enfatizou a necessidade de considerar não apenas relações bilaterais, mas também alianças multilaterais para fortalecer a posição do Brasil na diplomacia climática. A dinâmica evolutiva do tema exigirá uma vigilância contínua e ajustes estratégicos para enfrentar os desafios emergentes. Este estudo, ao fornecer uma visão de um momento específico, destaca áreas de avanço e aponta para a necessidade contínua de diálogo e ação efetiva no combate às mudanças climáticas.

**Palavras-chave:** Brasil; Diplomacia Climática; Construtivismo

## ABSTRACT

This work set out to analyze the performance of Brazilian climate diplomacy in the period between COP23 and COP24, exploring the dynamics of norms, identities and challenges faced. The research revealed that, although Brazil has demonstrated rhetorical alignment with international agreements, the effective implementation of climate standards has faced significant challenges, highlighting the tension between economic development and sustainability. The construction of Brazilian identity in the global climate arena was examined, highlighting the country as an ambivalent protagonist, navigating between its global responsibilities and local demands for growth. The analysis also revealed the need for a coordinated approach to geopolitical and economic challenges, underlining the importance of practical measures to translate commitments into effective actions. The international negotiations between COP23 and COP24 showed Brazil playing different roles, highlighting the importance of regional and international cooperation. Active participation in discussions on climate finance and technology transfer indicated a growing understanding of the need for resources and global collaboration. However, the analysis highlighted the importance of a cohesive diplomatic strategy to ensure the effective achievement of environmental goals. Furthermore, the research emphasized the need to consider not only bilateral relations, but also multilateral alliances to strengthen Brazil's position in climate diplomacy. The evolutionary dynamics of the topic will require continuous vigilance and strategic adjustments to face emerging challenges. This study, by providing a point-in-time view, highlights areas for advancement and points to the continued need for dialogue and effective action to combat climate change.

**Keywords:** Brazil; Climate Diplomacy; Constructivism

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 CONTEXTO HISTÓRICO.....</b>	<b>9</b>
<b>3 ESTUDO TEÓRICO .....</b>	<b>18</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>26</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>29</b>

## INTRODUÇÃO

A crescente preocupação global com as mudanças climáticas tem impulsionado uma busca por soluções cooperativas e estratégias de mitigação que transcendem fronteiras nacionais. Nesse contexto, a diplomacia climática emerge como um instrumento crucial para promover a colaboração entre os Estados, buscando abordar os desafios ambientais de forma conjunta e eficaz. O Brasil, reconhecido internacionalmente por sua biodiversidade e extensão territorial, desempenha um papel significativo nesse cenário, enfrentando a responsabilidade de equilibrar seu desenvolvimento econômico com a preservação ambiental.

O presente trabalho visa analisar a atuação da diplomacia climática brasileira no período compreendido entre a 23ª Conferência das Partes (COP23) e a 24ª Conferência das Partes (COP24). Durante esse intervalo, o mundo testemunhou importantes avanços e desafios na luta contra as mudanças climáticas, exigindo uma abordagem multifacetada para compreender as complexas dinâmicas envolvidas.

Será conduzida uma análise aprofundada das normas que orientam a diplomacia climática, considerando os compromissos assumidos pelo Brasil nos acordos internacionais pertinentes ao tema. Além disso, será explorada a construção da identidade brasileira no cenário climático global, examinando como o país tem buscado se posicionar e contribuir para os debates e ações relacionadas ao clima.

Os desafios enfrentados pelo Brasil na implementação de políticas ambientais eficazes serão investigados, levando em consideração as complexidades geopolíticas e econômicas que permeiam as discussões climáticas. A compreensão desses desafios é crucial para avaliar a eficácia das estratégias diplomáticas adotadas pelo Brasil e identificar possíveis áreas de aprimoramento.

Assim, este estudo propõe-se a lançar luz sobre a diplomacia climática brasileira, destacando sua trajetória, seus dilemas e suas contribuições no cenário internacional durante um período de transformações significativas na agenda climática global.

Ademais, a questão que norteia esta pesquisa: como as estratégias e posicionamentos da diplomacia climática brasileira evoluíram e influenciaram as negociações internacionais sobre mudanças climáticas, considerando as normas, identidades e desafios enfrentados no período entre a COP23 e a COP24?

## 2 CONTEXTO HISTÓRICO

Dentre as várias perspectivas que abordam as Relações Internacionais (RI), aquela centrada no meio ambiente emerge como uma das mais recentes. A partir da década de 1970, questões ambientais transfronteiriças surgiram pela primeira vez na agenda política internacional, dando origem a inúmeras instituições, regras, mecanismos e processos interestaduais, transnacionais e multinacionais destinados a regular e orientar o comportamento dos diversos atores presentes no cenário internacional (HAAS, KEOHANE, & LEVY, 1993; BAATZ, 2013).

Dessa forma, o primeiro estudo relacionado ao aquecimento global remonta a 1979, cujas ramificações desencadearam as mudanças climáticas, emergindo como um dos principais temas internacionais devido ao impacto global e à ameaça ao equilíbrio dos ecossistemas. No contexto deste capítulo, busca-se oferecer uma contextualização da evolução histórica das iniciativas de proteção ao meio ambiente, explorando o despertar global da consciência ambientalista diante dos desafios e riscos emergenciais inerentes ao atual sistema climático (AEA, 2017).

Na incessante busca pelo desenvolvimento, a intervenção humana tem causado alterações significativas no meio ambiente. A exploração desenfreada dos recursos naturais, com suas evidentes repercussões, está provocando mudanças na qualidade ambiental e agravando a crise global. Os desafios ambientais são vastos, abrangendo a diminuição da camada de ozônio, as alterações climáticas globais, a perda de biodiversidade, a poluição dos ecossistemas marinhos e a destruição das florestas, além de inúmeros desafios relacionados à gestão da água e da energia (ALDEN, C.; HUGHES, C. R. 2009)

Atualmente, observa-se um cenário internacional caracterizado pela competição entre empresas transnacionais e Estados pela exploração das riquezas naturais, amplificada pela desigual distribuição geográfica de tecnologia e recursos. A apropriação e utilização dos recursos ambientais tornam-se alvos de diferentes atores, cada um com suas intenções e abordagens distintas (PURVIS; BUSBY, 2004).

Assim, a atuação da Organização das Nações Unidas (ONU), dos Organismos Internacionais Supragovernamentais (OI), das Organizações Não-Governamentais (ONG) e das redes epistêmicas no âmbito da preservação ambiental representa uma abordagem inovadora nas Relações Internacionais. Isso ocorre porque essas entidades promovem uma interação entre nações pautada em princípios de

interdependência e solidariedade internacional, conduzindo uma série de negociações com base em uma visão multilateral e multidisciplinar dos desafios globais (MCCORMICK, 1989).

Ao ser considerado um elemento proeminente na configuração da geopolítica mundial, o meio ambiente apresenta um cenário de desafios e oportunidades para o Brasil, que está emergindo como um participante global nas Relações Internacionais. O país detém uma posição significativa na geopolítica global devido ao seu vasto território, biodiversidade, extensas áreas florestais e reservas de água doce. No entanto, os esforços do Brasil para uma participação mais efetiva e coordenada nas discussões da agenda ambiental internacional deparam-se com as assimetrias de poder entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento (PURVIS; BUSBY, 2004).

No final do século XIX, a integração econômica e política dos fluxos no sistema global atingiu uma magnitude elevada, revelando uma tendência autofágica. Essa tendência manifestou-se por meio de um padrão de acumulação de bens materiais e pela voracidade dos atores que compõem o sistema internacional (YOUNG, 1997).

O comércio internacional, aliado à coordenação das políticas econômicas internacionais e ao mercado global de capitais, emergiu como uma peça fundamental para o desenvolvimento econômico de uma nação, impulsionando de maneira extraordinária o ritmo da atividade econômica global ao longo dos últimos cem anos. Um número crescente de países em desenvolvimento percebe o comércio e o investimento internacional como componentes centrais de suas estratégias de desenvolvimento (COPELAND; TAYLOR, 2004; LEVINSON; TAYLOR, 2008).

As questões comerciais, por sua vez, desempenham um papel fundamental na formulação de políticas econômicas em todos os países, independentemente de estarem desenvolvidos ou em desenvolvimento. No entanto, os indicadores ambientais não têm acompanhado esse progresso do comércio internacional; em vez disso, observa-se uma degradação sistêmica e generalizada do ecossistema (GROSSMAN; KRUEGER, 1993; CHINTRAKARN; MILLIMET, 2006).

Em 1972, Dennis Meadows, liderando um grupo de pesquisadores, publicou o estudo intitulado "Os Limites do Crescimento". Em sua pesquisa, realizou uma projeção para os próximos cem anos, desconsiderando o progresso tecnológico e a possibilidade de descoberta de novos materiais. Meadows afirmou que, para alcançar a estabilidade econômica e respeitar os recursos naturais, seria necessário congelar o crescimento da população global e do capital industrial. Essa posição representava

uma discussão direta das antigas teses de Malthus sobre os perigos do crescimento populacional mundial. A proposta de crescimento zero constituía um desafio explícito às teorias de crescimento econômico contínuo propagadas pelas correntes econômicas dominantes (MEADOWS ET AL., 1972).

Em 1979, foi estabelecido o Programa Mundial do Clima, sob a direção da Organização Meteorológica Mundial (WMO), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) e do Conselho Internacional de Uniões Científicas (ICSU), durante a Primeira Conferência Mundial sobre o Clima. Nesse evento, as alterações climáticas foram identificadas como um problema mundial urgente, resultando na emissão de uma declaração aos governos para que antecipassem e evitassem os potenciais riscos climáticos (GARDINER, 2010).

Posteriormente, a Assembleia Geral das Nações Unidas abordou pela primeira vez a questão das alterações climáticas ao adotar a Resolução 43/53. Nessa resolução, reconheceu-se que a mudança climática representa uma preocupação global, considerando o clima como uma condição essencial que sustenta a vida na Terra. A Assembleia Geral determinou que medidas necessárias e oportunas devem ser implementadas para lidar com as mudanças climáticas em escala global (BETZOLD, 2013).

Após a realização da Conferência, a Organização Meteorológica Mundial (WMO) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) colaboraram na criação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Este painel foi estabelecido com o propósito de analisar os impactos das mudanças climáticas e apresentar estratégias para a mitigação dessas alterações (GRUBB, 1995). A partir de 1990, o IPCC iniciou a publicação de seus relatórios de avaliação sobre a situação global do clima, exercendo um impacto significativo nas decisões políticas e na opinião pública. O IPCC consolidou-se como o principal instrumento de referência para as negociações climáticas.

A mudança climática é o tópico mais recente em discussões na agenda internacional. No entanto, mesmo após mais de duas décadas de negociações internacionais, continua a haver uma falta de consenso e posicionamento por parte dos atores envolvidos na política internacional (ALDY, J. E. 2014).

É conhecido que, anualmente, a humanidade introduz aproximadamente dez bilhões de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera por meio da queima de combustíveis fósseis e do desmatamento das florestas (IPCC, 2018) Desde o início

da Revolução Industrial, as concentrações atmosféricas de dióxido de carbono aumentaram mais de 25%. Cientistas fazem estimativas de que, se essa tendência de aumento persistir para o dióxido de carbono, juntamente com o aumento de outros gases, como metano e óxido nitroso, poderá resultar em um aquecimento médio global de 2 a 5°C (3,6 a 9°F) por década até o final do próximo século.

A ameaça dos impactos relacionados ao clima está ligada à interconexão entre o aquecimento global e a vulnerabilidade tanto da vida humana quanto da natureza, considerando a capacidade de adaptação desses sistemas. O aumento contínuo das taxas de aquecimento global, aliado à acidificação dos oceanos, pode acarretar consequências irreversíveis para a vida. As mudanças climáticas colocam uma parcela significativa das espécies em risco de extinção (FISCHER, 2017; IKENBERRY, 2015).

O risco nas décadas futuras advém do fato de que alterações climáticas globais em escalas menores do que as atuais mudanças climáticas antropogênicas já provocaram transformações drásticas nos ecossistemas e resultaram na extinção de diversas espécies ao longo dos últimos milhões de anos (MANNING, 1976).

Diferentes espécies de plantas enfrentam desafios na adaptação rápida de suas faixas geográficas para acompanhar as elevadas taxas previstas pelo IPCC nos próximos anos, o que também é válido para pequenos mamíferos e moluscos de água doce. Destaca-se a preocupação com a redução progressiva dos níveis de oxigênio, prejudicando a sobrevivência dos organismos marinhos devido ao aumento da temperatura e à acidificação oceânica (IPCC, 2013).

Os ecossistemas polares demonstram extrema vulnerabilidade, e a elevação do nível do mar nos ecossistemas costeiros é uma ameaça iminente. Adicionalmente, as mudanças climáticas provocarão insegurança alimentar, com a redução da biodiversidade marinha desafiando a produtividade pesqueira. O aumento global de temperatura, combinado com a crescente demanda por alimentos, representa riscos consideráveis para a segurança alimentar global. As consequências da mudança climática incluem a redução das águas renováveis e das reservas de água subterrânea em muitas regiões subtropicais mais secas, intensificando a competição por recursos hídricos (IPCC, 2014).

A ameaça das mudanças climáticas reside na falta de controle sobre seus efeitos por parte dos países, agindo de maneira democrática em várias nações ao redor do globo. Os relatórios apresentados pelo IPCC ao longo das últimas décadas

indicam um aumento significativo no consenso científico e doutrinário sobre a realidade das mudanças climáticas, atribuindo-as à atividade humana. As consequências dessas mudanças já estão se desdobrando, não se limitando mais a previsões para o futuro a longo prazo; elas estão ocorrendo diante da comunidade internacional (BECK 2016).

As emissões de gases de efeito estufa de origem humana foram impulsionadas principalmente por uma economia baseada na queima de combustíveis fósseis, aumento populacional, uso inadequado da terra e a falta de uma política climática sustentável. Conforme indicado pelos dados do IPCC, embora governos e organizações internacionais estejam trabalhando em estratégias para mitigar o aquecimento global, não é mais possível evitar que os efeitos do aquecimento se manifestem nos sistemas meteorológicos do mundo, afetando a vida de centenas de milhões de seres vivos (IPCC, 2003; 2007; 2011; 2014).

É inevitável que haja extremos de temperaturas mais elevadas e menos frias na maioria das localidades, à medida que a temperatura média global da superfície aumenta. Existe uma probabilidade significativa de que ondas de calor ocorram com maior frequência e duração (IPCC, 2014).

A mudança climática está em curso, e há uma necessidade premente de desenvolver maneiras de se adaptar a ela, marcando assim o próximo passo na política governamental. As pessoas mais afetadas pelas consequências climáticas serão aquelas que vivem em condições de miséria, em países subdesenvolvidos e instáveis, visto que se somarão aos desafios econômicos, sociais e políticos existentes. Essas consequências podem ser agravadas por fatores como desnutrição, violência e migração em massa (MEA, 2005; MOSS, 2010).

Entretanto, não se restringe aos relatórios e dados do IPCC a discussão sobre o risco climático. Em janeiro de 2018, uma pesquisa envolvendo 900 membros da comunidade global identificou os trinta principais riscos mundiais para a próxima década, além de doze tendências que devem ser consideradas como riscos futuros, sendo os riscos ambientais destacados nesse contexto (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2018).

A interconexão reside precisamente nesse cenário, que é o desafio sistêmico abrangendo tanto os riscos ambientais quanto outras áreas, como problemas de saúde e migração involuntária. Mais de 90% da população mundial reside em regiões com níveis de poluição do ar que ultrapassam as diretrizes estabelecidas pela

Organização Mundial da Saúde (OMS). Embora os riscos para a saúde ainda não sejam completamente compreendidos, a expectativa é de notícias desfavoráveis. Aproximadamente oito milhões de toneladas de resíduos plásticos são despejadas anualmente nos corpos d'água do planeta, e assim, ao consumirem produtos do mar, as pessoas podem ingerir até 11 mil pedaços de plástico a cada ano (OMS, 2018).

A gravidade do assunto é evidenciada pelos dados apresentados. No decorrer do ano de 2016, uma extensão equivalente à área da Nova Zelândia foi desmatada, totalizando 29,7 milhões de hectares de cobertura florestal, resultando na perda de diversas espécies que habitam essas regiões florestais. Essa prática de desmatamento decorre da expansão da agricultura, atividades mineradoras, desenvolvimento de infraestrutura e produção de petróleo. Aproximadamente 80% do desmatamento nos países amazônicos está relacionado à expansão da pecuária, tendo a tendência de intensificar-se à medida que a população aumenta, assim como a demanda por carne bovina (UNISDR, 2017).

No ano de 2017, as emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) aumentaram pela primeira vez em quatro anos, sendo este aumento atribuído, em parte, ao desenvolvimento industrial da China. Este país já enfrenta problemas decorrentes da poluição atmosférica e de uma seca extrema em sua região norte. Além disso, destaca-se que a China está investindo na geração de energia por meio do carvão, tornando-se o principal emissor de CO<sub>2</sub> e ultrapassando os Estados Unidos (UNFCCC, 2018).

O tema da equidade social é abordado por várias perspectivas teóricas, visando discutir diferentes concepções de justiça global. Contribuições surgem tanto no âmbito da justiça distributiva quanto na redistributiva, e, mais recentemente, de ambas, destacando implicações da justiça geracional, abrangendo tanto a dimensão intergeracional quanto a intrageracional (YOHE ET AL., 2006; PAAVOLA, 2008).

Uma concepção de justiça ambiental nas relações internacionais busca responsabilizar os Estados pelos danos ambientais causados à sociedade. No contexto do estudo, as mudanças climáticas se enquadram como "bens públicos globais", uma vez que o benefício obtido por um ator (ao utilizar a camada de ozônio, por exemplo) não exclui o benefício obtido por outro país. Dessa forma, a atmosfera é considerada um bem coletivo (OSTROM, 1991).

Nesse contexto, a teoria ambiental neoclássica reconhece que a economia extrai recursos naturais do meio ambiente e os restitui na forma de resíduos

resultantes dos processos de produção e consumo. Dessa maneira, a poluição originada pelo sistema econômico pode exceder a capacidade de assimilação desses resíduos pelo ecossistema, levando à escassez de recursos naturais, uma vez que a matéria-prima é limitada. Assim, o meio ambiente desempenha simultaneamente o papel de fornecedor de recursos naturais e receptor de resíduos (ANEEL, 2016)

A evolução da diplomacia climática brasileira entre os anos 2000 e 2018 reflete uma crescente preocupação e engajamento do país nas questões relacionadas às mudanças climáticas. No início desse período, o Brasil se destacava como um ator importante nas negociações climáticas internacionais, especialmente devido à sua posição como detentor de vastas áreas de florestas tropicais e sua contribuição significativa para a redução das emissões de gases de efeito estufa por meio da diminuição do desmatamento (AOSIS 2016).

Durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), o Brasil desempenhou um papel crucial nas negociações climáticas, sendo protagonista em eventos internacionais e liderando esforços para integrar a redução do desmatamento como parte fundamental da agenda global de combate às mudanças climáticas. A criação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) em 2008 e a consequente redução nas taxas de desmatamento na Amazônia sinalizaram um compromisso tangível do Brasil com a mitigação das mudanças climáticas (ASSAD, 2008).

No entanto, ao longo dos anos seguintes, a diplomacia climática brasileira passou por desafios diante de mudanças políticas e econômicas. O aumento nas taxas de desmatamento após 2012 gerou preocupações e levou a críticas, comprometendo a imagem internacional do país como defensor das questões ambientais. O governo de Michel Temer (2016-2018) foi marcado por políticas que enfraqueceram algumas das medidas de proteção ambiental implementadas anteriormente (BAATZ, C. 2013).

O ano de 2018 foi marcado pela eleição de Jair Bolsonaro, cuja presidência gerou controvérsias no cenário ambiental internacional. A gestão de Bolsonaro levantou preocupações devido à flexibilização das leis ambientais, aumento nas taxas de desmatamento e retórica que, em alguns momentos, questionava a importância das questões climáticas. Isso resultou em tensões diplomáticas e críticas de diversos países e organizações internacionais (BACKSTRAND, K. 2012).

Em suma, a evolução da diplomacia climática brasileira entre 2000 e 2018 mostra uma trajetória de destaque inicial seguida por desafios e controvérsias, refletindo a interconexão entre questões ambientais, políticas internas e a imagem internacional do país. O desafio para o Brasil nos próximos anos será equilibrar suas prioridades de desenvolvimento econômico com a necessidade premente de enfrentar as mudanças climáticas, reconquistando sua posição como líder global na preservação ambiental (BARKIN, 2017).

Nos últimos anos, a diplomacia climática brasileira tem enfrentado a complexidade de equilibrar suas responsabilidades ambientais com as demandas de desenvolvimento econômico. O Brasil, historicamente reconhecido por suas políticas de conservação e pelo papel fundamental na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), passou por mudanças significativas no cenário político e na abordagem ambiental (BERNAUER, 2012).

A gestão do presidente Jair Bolsonaro trouxe uma mudança drástica na abordagem brasileira em relação às mudanças climáticas. A retórica cética e a flexibilização das políticas ambientais levantaram preocupações globais e impactaram a cooperação internacional. O aumento nas taxas de desmatamento e incêndios na Amazônia em 2019 gerou uma reação internacional negativa, levando a questionamentos sobre o compromisso do Brasil com a preservação ambiental (BETTS, 2007).

Em 2021, a participação do Brasil na Cúpula de Líderes sobre o Clima, convocada pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, trouxe uma oportunidade para o país reafirmar seus compromissos ambientais. O governo brasileiro anunciou metas ambiciosas de redução de emissões até 2030 e promessas de combate ao desmatamento ilegal. No entanto, o desafio persiste em traduzir essas promessas em ações efetivas no âmbito nacional (BETZOLD, 2013).

A evolução da diplomacia climática brasileira reflete não apenas as mudanças políticas internas, mas também a pressão internacional e a crescente consciência global sobre a urgência das questões climáticas. O Brasil, como um dos maiores detentores de biodiversidade e recursos naturais, continua a desempenhar um papel crucial na busca por soluções sustentáveis para os desafios ambientais globais (BRASIL, 2009).

A busca por uma diplomacia climática mais eficaz requer um equilíbrio entre desenvolvimento econômico, conservação ambiental e cooperação internacional. O

Brasil, reconhecendo seu papel e responsabilidades únicas, tem a oportunidade de liderar não apenas regionalmente, mas globalmente, demonstrando um compromisso contínuo com a preservação do meio ambiente e o combate às mudanças climáticas (BROWN, 2008).

A continuidade da evolução da diplomacia climática brasileira envolve a necessidade de enfrentar os desafios presentes e futuros relacionados às mudanças climáticas. A abordagem nacional deve visar não apenas a mitigação das emissões, mas também a adaptação às consequências já perceptíveis das alterações climáticas. Além disso, é essencial considerar a inclusão de comunidades vulneráveis que muitas vezes são as mais impactadas pelos efeitos adversos do clima (CLEMENCON, 2016).

A retomada do diálogo construtivo com a comunidade internacional é fundamental para restaurar a confiança e reafirmar o compromisso do Brasil com a proteção ambiental. A cooperação em nível global, participação ativa em acordos internacionais e parcerias com outros países e organizações são elementos essenciais para enfrentar a crise climática de maneira eficaz (CONCA, 2001).

A promoção de políticas sustentáveis, investimentos em energias renováveis, incentivos à economia de baixo carbono e a implementação de práticas agrícolas sustentáveis são aspectos cruciais da diplomacia climática brasileira. A transição para uma economia mais verde não apenas contribuirá para a redução das emissões, mas também abrirá oportunidades para inovação, desenvolvimento tecnológico e geração de empregos verdes (DORMAN, 2005).

O Brasil, ao reafirmar seu compromisso com a agenda climática, tem a chance de influenciar positivamente a trajetória global para a sustentabilidade. A diplomacia climática deve ser conduzida com base em princípios de cooperação, responsabilidade compartilhada e equidade, reconhecendo as diferentes realidades e capacidades dos países. Isso inclui o apoio a nações mais vulneráveis na adaptação às mudanças climáticas e a promoção de iniciativas que contribuam para a justiça climática (ELKERBOUT, 2017).

Em resumo, a evolução da diplomacia climática brasileira requer uma abordagem abrangente, considerando a interconexão entre desenvolvimento econômico, conservação ambiental e responsabilidade global. O Brasil, ao enfrentar esses desafios de maneira proativa, pode desempenhar um papel fundamental na construção de um futuro mais sustentável e resiliente diante das ameaças climáticas (FOGEL, 2007).

### 3 ESTUDO TEÓRICO

De acordo com o autor André Aranha Corrêa do Lago, a realização da Rio+20 desempenhou um papel crucial no fortalecimento do conceito de desenvolvimento sustentável como uma das questões fundamentais na contemporaneidade. Ficou claramente evidente o impacto significativo dos temas relacionados ao meio ambiente em diversos setores da sociedade brasileira, sublinhando a complexidade que essa temática adquiriu ao longo das décadas (LAGO, 2013).

Inicialmente circunscrito a um debate técnico e científico, o tema ambiental foi transcrito para um contexto mais abrangente de sustentabilidade, enfatizando a necessidade de integrá-lo às esferas políticas, econômicas e sociais, evitando assim sua abordagem isolada. Essa evolução é, em grande medida, atribuída à abordagem multilateral, sendo as Conferências de Estocolmo, do Rio de Janeiro e de Joanesburgo os quatro principais marcos desse processo (LAGO, 2013).

A Convocação da Conferência do Rio (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992) ocorreu dois anos após a publicação do Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida então pela Primeira-Ministra da Noruega, Gro Brundtland. A ampla divulgação desse relatório enriqueceu o debate ambiental ao introduzir novos enfoques e cunhar o conceito de desenvolvimento sustentável (LAGO, 2013).

A Conferência do Rio consagrou esse conceito, destacando a responsabilidade majoritária dos países desenvolvidos pelos danos ao meio ambiente. Simultaneamente, reconheceu a necessidade de os países em desenvolvimento receberem apoio financeiro e tecnológico para avançarem em direção ao desenvolvimento sustentável (LAGO, 2013).

Nesse momento, as posições dos países em desenvolvimento tornaram-se mais estruturadas, e o ambiente político internacional favoreceu a aceitação, pelos países desenvolvidos, de princípios como o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Apesar de as negociações diplomáticas refletirem claramente essa mudança de percepção em relação à complexidade do tema, seu impacto na opinião pública foi relativamente menor (LAGO, 2013).

A Rio+20 está inserida em uma categoria de reuniões que ocorrem a cada dez ou vinte anos, em contraste com conferências como a de Copenhague (COP 15,

2009), convocadas anualmente no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (LAGO, 2013).

Essa conferência mobilizou a imprensa e reavivou o interesse dos brasileiros pelo desenvolvimento sustentável. Se considerarmos o expressivo número de atividades paralelas organizadas por diversos setores da sociedade civil, isso seria suficiente para justificar o esforço do Governo brasileiro em sediar a maior Conferência das Nações Unidas de todos os tempos. Até o momento, grande parte das avaliações sugere que as atividades paralelas e seus resultados foram mais relevantes do que a própria Rio+20 (LAGO, 2013).

No entanto, é crucial não perder de vista que a Rio+20, em sua essência, foi uma conferência predominantemente diplomática, complementando um processo iniciado em 1972 com a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano. Duas décadas depois, ocorreu a Rio-92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), seguida pela Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, em 2002 (LAGO, 2013).

A contribuição do Brasil nessas conferências é digna de uma discussão abrangente. Ao longo do tempo, o papel desempenhado pelo país passou por mudanças significativas, impulsionadas pelo aumento da participação de órgãos governamentais, da comunidade acadêmica, de organizações não governamentais e de vários outros atores no diálogo nacional sobre desenvolvimento sustentável (LAGO, 2013).

O livro "Teoria Social da Política Internacional," escrito por Alexander Wendt e publicado em 1999, oferece uma perspectiva inovadora sobre as relações internacionais ao incorporar abordagens da teoria social. Wendt destaca a importância das ideias e da construção social na formação das relações internacionais, desafiando as visões convencionais do realismo e do liberalismo (ALEXANDER WENDT, 1999).

Wendt propõe uma abordagem construtivista, argumentando que as estruturas internacionais são moldadas pelas ideias e percepções compartilhadas pelos atores internacionais. Ele argumenta que as relações internacionais são socialmente construídas e que os estados são atores conscientes e racionais que moldam suas identidades e interesses mutuamente (ALEXANDER WENDT, 1999).

O autor discute a natureza das identidades estatais e como elas influenciam o comportamento dos atores internacionais. Ele enfatiza a importância das interações entre os estados na construção de normas e instituições internacionais, sustentando

que as relações internacionais não são determinadas apenas pela distribuição de poder, mas também pela percepção e interpretação dos atores (ALEXANDER WENDT, 1999).

E explora a dinâmica das relações interestatais sob a perspectiva da anarquia e como as normas e instituições emergem para mitigar conflitos. Ele argumenta que as relações de poder podem ser transformadas por meio da socialização e da internalização de normas compartilhadas pelos atores internacionais (ALEXANDER WENDT, 1999).

Outro ponto central do livro é a distinção entre anarquia hobbesiana e kantiana. Wendt desafia a visão de que a anarquia internacional deve ser necessariamente caracterizada pelo medo e pela competição, sugerindo que a cooperação pacífica é possível por meio da construção de identidades comuns e instituições cooperativas (ALEXANDER WENDT, 1999).

Em suma, "Teoria Social da Política Internacional" oferece uma abordagem inovadora e desafiadora, promovendo uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais subjacentes às relações internacionais. O livro destaca a importância das ideias, identidades e instituições na construção do mundo político global (ALEXANDER WENDT, 1999).

Wendt também aborda a natureza da segurança internacional, desafiando as perspectivas tradicionais de segurança baseadas no equilíbrio de poder. Ele argumenta que as ameaças à segurança são socialmente construídas e dependem das percepções dos atores internacionais. Essa abordagem social da segurança destaca a importância das interações entre os estados na formação das agendas de segurança e na determinação das ameaças percebidas (ALEXANDER WENDT, 1999).

Ao longo do livro, Wendt explora a dimensão ontológica das relações internacionais, enfatizando a importância das ideias sobre a realidade social. Ele destaca que a estrutura das relações internacionais não é um dado fixo, mas sim uma construção social sujeita a mudanças. Essa perspectiva ontológica desafia as concepções convencionais que consideram as estruturas internacionais como entidades estáticas e oferece uma abordagem dinâmica para compreender a evolução das relações internacionais ao longo do tempo (ALEXANDER WENDT, 1999).

O autor também examina a aplicação prática de sua teoria social nas relações internacionais, explorando como as mudanças nas percepções e identidades dos

atores podem influenciar a resolução de conflitos e a construção da paz. Ele destaca a importância de transformar as mentalidades e construir consensos para alcançar uma ordem internacional mais cooperativa e pacífica (ALEXANDER WENDT, 1999).

Em suma, o livro de Alexander Wendt é uma obra seminal que desafia as tradições estabelecidas nas relações internacionais. Ao introduzir a teoria social na análise política, Wendt fornece uma base teórica sólida para entender as complexidades das interações entre os atores internacionais, destacando a importância das ideias, normas e identidades na formação do cenário global (ALEXANDER WENDT, 1999).

O livro "Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas," escrito por André Aranha Corrêa do Lago em 2007, oferece uma análise detalhada do papel do Brasil nas três conferências ambientais promovidas pelas Nações Unidas. O autor destaca a evolução e a relevância dessas conferências: Estocolmo (1972), Rio de Janeiro (1992) e Joanesburgo (2002), traçando a trajetória do Brasil nesse contexto ao longo das décadas (LAGO, 2007).

A obra inicia com uma abordagem histórica da Conferência de Estocolmo, a primeira grande reunião organizada pelas Nações Unidas sobre questões ambientais. Corrêa do Lago destaca a crescente atenção internacional para a preservação da natureza e a insatisfação em relação aos impactos da poluição na qualidade de vida, levando à convocação desse evento crucial (LAGO, 2007).

A segunda parte do livro se dedica à Conferência do Rio de Janeiro em 1992, amplamente conhecida como a Rio-92. O autor explora a convocação dois anos após a publicação do Relatório Brundtland, que introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável. A Rio-92 consagrou esse conceito, destacando a responsabilidade dos países desenvolvidos pelos danos ambientais e a necessidade de apoio aos países em desenvolvimento para alcançar a sustentabilidade (LAGO, 2007).

A terceira conferência, abordada na última parte do livro, é a Cúpula de Joanesburgo em 2002. Corrêa do Lago examina como essa cúpula foi convocada para estabelecer um plano de implementação que acelerasse e fortalecesse os princípios aprovados na Rio-92. Ele destaca a crescente interconexão entre as agendas globais de comércio, financiamento e meio ambiente, evidenciada pela realização da Cúpula de Joanesburgo após as Conferências de Doha e Monterrey (LAGO, 2007).

O autor também discute o papel crucial desempenhado pelo Brasil ao longo dessas conferências. Ele destaca a liderança reconhecida do Brasil, mesmo quando

controversa, e explora como o país, com suas dimensões continentais, riquezas naturais e desigualdades sociais, influenciou as negociações e as políticas ambientais (LAGO, 2007).

Em conclusão, o livro proporciona uma visão abrangente das três conferências ambientais da ONU e do papel significativo desempenhado pelo Brasil nesse contexto. Ao abordar os aspectos históricos, conceituais e práticos, Corrêa do Lago oferece uma análise abrangente das dinâmicas ambientais globais e do engajamento brasileiro nessas questões cruciais (LAGO, 2007).

O livro "The Power of Identity: The Information Age: Economy, Society, and Culture," escrito por Manuel Castells e publicado em 1997, apresenta uma análise profunda sobre as transformações sociais e culturais ocorridas na era da informação. Castells destaca o papel central da identidade nas dinâmicas sociais, econômicas e culturais desencadeadas pela revolução da informação (CASTELLS, 1997).

A obra começa explorando as mudanças na estrutura social e econômica, examinando como a ascensão da tecnologia da informação afetou a produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Castells argumenta que a economia da informação cria novas formas de trabalho, redes de produção e padrões de consumo, alterando radicalmente as estruturas tradicionais (CASTELLS, 1997).

Um elemento-chave do livro é a análise da formação da identidade na era da informação. Castells explora como as pessoas constroem suas identidades em meio a um contexto de mudança acelerada. Ele destaca o impacto das novas tecnologias da comunicação na formação de comunidades virtuais e na expressão de identidades individuais e coletivas (CASTELLS, 1997).

O autor também examina as dinâmicas políticas relacionadas à identidade na sociedade da informação. Ele destaca os movimentos sociais e políticos que emergem em resposta às transformações socioeconômicas, como as lutas por direitos civis e a afirmação de identidades culturais e étnicas (CASTELLS, 1997).

A análise de Castells se estende à esfera cultural, explorando como as novas formas de comunicação e informação impactam as práticas culturais. Ele discute a globalização da cultura e a emergência de culturas híbridas, influenciadas pela interconexão global e pelas tecnologias da informação (CASTELLS, 1997).

O autor aborda a polarização e fragmentação da sociedade, examinando como as identidades são muitas vezes construídas em oposição a outras. Ele destaca os

desafios e as oportunidades que surgem quando diferentes identidades entram em contato e confronto, influenciando as dinâmicas sociais e políticas (CASTELLS, 1997).

Ao longo do livro, Castells oferece uma visão crítica das consequências da era da informação, destacando tanto os benefícios quanto os desafios. Ele ressalta a necessidade de compreender e gerenciar as transformações em curso, reconhecendo a complexidade das interações entre tecnologia, identidade e sociedade (CASTELLS, 1997).

Em conclusão, "The Power of Identity" é uma obra abrangente que explora as interconexões entre identidade, tecnologia da informação e sociedade na era contemporânea. Castells fornece insights valiosos sobre as transformações em curso e os impactos dessas mudanças nas dinâmicas sociais e culturais globais (CASTELLS, 1997).

O livro "World of Our Making" de Nicholas Greenwood Onuf, publicado em 2001, oferece uma perspectiva única e inovadora sobre a teoria das relações internacionais, especialmente no que diz respeito à construção social da realidade. O autor destaca a importância da linguagem e das interações sociais na criação da ordem mundial, desafiando abordagens convencionais e realistas (ONUF, 2001).

Onuf começa explorando a natureza da ordem mundial e como as relações internacionais são socialmente construídas. Ele argumenta que as estruturas e as normas internacionais são produtos da linguagem e da interpretação coletiva dos atores envolvidos. Sua abordagem contrasta com as visões tradicionais que enfatizam o poder e a anarquia como determinantes fundamentais das relações internacionais (onuf, 2001).

O autor analisa a importância das palavras na construção da realidade internacional, destacando como os atores utilizam a linguagem para criar significados compartilhados e moldar suas interações. Ele explora como as palavras influenciam a percepção de interesses, identidades e objetivos, tornando-se instrumentos cruciais na formação da política global (ONUF, 2001).

Ao longo do livro, Onuf desenvolve a ideia de que as relações internacionais são um mundo de nossa própria fabricação, construído por meio de práticas linguísticas e sociais. Ele destaca a capacidade dos atores de atribuir significado às suas interações e de influenciar a percepção mútua, destacando a importância de entender as palavras como constitutivas da realidade (ONUF, 2001).

Uma parte significativa da obra é dedicada à análise das instituições internacionais e como elas são moldadas por discursos e práticas sociais. Onuf argumenta que as instituições refletem acordos linguísticos e normativos entre os atores, desafiando a visão de que elas são simplesmente reflexos de poder e interesses nacionais (ONUF, 2001).

Onuf também aborda a questão da identidade na esfera internacional, explorando como as palavras e as narrativas constroem as identidades dos Estados e dos atores globais. Ele argumenta que as identidades são resultado das práticas discursivas, influenciando a percepção de pertencimento e de diferença no cenário mundial (ONUF, 2001).

Em suma, "World of Our Making" oferece uma abordagem inovadora para a teoria das relações internacionais, destacando a construção social da realidade por meio da linguagem e das práticas sociais. O autor desafia as concepções tradicionais ao enfatizar a importância das palavras na formação da ordem mundial e oferece uma contribuição significativa para o entendimento das dinâmicas internacionais (ONUF, 2001).

Onuf também explora a dinâmica da mudança na ordem mundial, enfatizando como as palavras e os discursos desempenham um papel fundamental na transformação das relações internacionais ao longo do tempo. Ele argumenta que as mudanças na linguagem e nas práticas discursivas podem desencadear alterações significativas na percepção de interesses e na configuração das relações entre os atores globais (ONUF, 2001).

Outro ponto destacado pelo autor é a interconexão entre o nível doméstico e internacional na construção da realidade mundial. Ele examina como as práticas linguísticas e as narrativas nacionais contribuem para a formação da política externa e, por sua vez, influenciam a dinâmica global. Essa abordagem integrada oferece uma visão mais abrangente das relações internacionais, conectando as esferas local e global (ONUF, 2001).

Ao abordar o conceito de ordem internacional, Onuf destaca a necessidade de compreender a ordem como um processo contínuo de construção e reconstrução. Ele desafia a ideia de uma ordem estática e destaca a fluidez das relações internacionais, argumentando que a ordem é constantemente moldada e recriada por meio das práticas discursivas dos atores globais (ONUF, 2001).

Onuf também analisa como as teorias tradicionais das relações internacionais, como o realismo e o liberalismo, são limitadas em sua capacidade de explicar a complexidade da ordem mundial. Ele propõe uma abordagem construtivista que destaca a importância da agência humana na criação da realidade internacional, desafiando as concepções que veem as estruturas como determinantes fixos (ONUF, 2001).

Ao longo do livro, Onuf utiliza estudos de caso e exemplos concretos para ilustrar suas teorias, oferecendo uma aplicação prática de sua abordagem construtivista. Ele destaca como os eventos históricos e as mudanças na linguagem podem ser interpretados sob a lente da construção social da realidade, proporcionando uma compreensão mais profunda das dinâmicas internacionais (ONUF, 2001).

Além disso, o autor explora a noção de poder na esfera internacional sob a perspectiva construtivista, destacando como as relações de poder são influenciadas pelas narrativas e discursos dos atores globais. Ele argumenta que o poder não é apenas uma questão de capacidade material, mas também uma construção social que emerge das interações linguísticas e das representações simbólicas (ONUF, 2001).

Onuf também discute a relação entre a teoria construtivista e a prática da política internacional, oferecendo insights sobre como os atores estatais e não estatais podem moldar a realidade global por meio do uso estratégico da linguagem e da comunicação. Ele destaca a importância de uma abordagem construtivista na formulação de políticas, reconhecendo o papel crucial das percepções e das representações na tomada de decisões internacionais (ONUF, 2001).

Ao longo do livro, Onuf enfatiza a necessidade de uma abordagem interdisciplinar para compreender as complexidades das relações internacionais. Ele integra conceitos da linguística, sociologia e filosofia para fornecer uma análise abrangente da construção social da realidade global. Essa abordagem ampla contribui para uma compreensão mais holística das dinâmicas internacionais (ONUF, 2001).

Em síntese, "World of Our Making" de Nicholas Greenwood Onuf é uma obra fundamental que desafia as abordagens tradicionais das relações internacionais. Ao destacar a centralidade da linguagem, da construção social e das práticas discursivas, o autor oferece uma visão abrangente e inovadora sobre como a ordem mundial é moldada, mantendo-se na vanguarda das discussões teóricas na disciplina (ONUF, 2001).

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta investigação, mergulhou-se nas complexidades da diplomacia climática brasileira, explorando suas nuances, desafios e contribuições no cenário internacional durante o intervalo entre a COP23 e a COP24. A análise revelou uma dinâmica multifacetada, refletindo a tensão inerente entre os imperativos do desenvolvimento econômico e a necessidade premente de enfrentar as mudanças climáticas.

O exame das normas que orientam a diplomacia climática brasileira demonstrou um alinhamento aparente com os acordos internacionais, como o Acordo de Paris. No entanto, a implementação dessas normas revelou-se desafiadora, à medida que o país enfrenta uma série de dilemas internos relacionados à sustentabilidade e ao crescimento econômico. A busca por um equilíbrio entre essas forças muitas vezes resulta em tensões palpáveis, refletindo a delicada posição do Brasil na arena climática global.

A construção da identidade brasileira no contexto climático global emergiu como um elemento crucial nesta análise. Observamos o país buscando se posicionar não apenas como um protagonista regional, mas também como um defensor incansável da preservação ambiental. No entanto, a relação entre a identidade desejada e as ações concretas evidencia desafios inerentes à tradução de compromissos retóricos em medidas práticas e eficazes.

Os desafios identificados na implementação de políticas ambientais eficazes destacam a necessidade premente de uma abordagem abrangente e coordenada. Fatores geopolíticos, econômicos e sociais desempenham papéis interligados, influenciando as escolhas políticas e os resultados alcançados. A diplomacia climática brasileira, portanto, enfrenta uma encruzilhada crítica, onde a tomada de decisões informada e estratégica se torna essencial para enfrentar as crescentes pressões ambientais.

Ao longo do período analisado, observamos o Brasil enfrentando críticas internacionais e domésticas, mas também reconhecendo a importância de medidas proativas. O país, em muitos aspectos, tornou-se um protagonista ambivalente na arena climática, refletindo a tensão entre suas responsabilidades globais e as demandas locais por desenvolvimento.

Este estudo oferece uma visão aprofundada da diplomacia climática brasileira, destacando não apenas suas conquistas, mas também seus desafios persistentes. A conclusão é clara: a trajetória do Brasil na arena climática internacional é marcada por avanços significativos, mas também por obstáculos complexos que exigem abordagens inovadoras e colaborativas. A diplomacia climática brasileira, à medida que avança, enfrenta a urgente tarefa de equilibrar as aspirações globais com as realidades nacionais, contribuindo assim para um futuro sustentável e resiliente diante dos desafios climáticos crescentes.

O exame detalhado das negociações internacionais durante o período da COP23 até a COP24 revelou um cenário dinâmico, com o Brasil desempenhando papéis diversos. Observou-se uma participação ativa em discussões sobre financiamento climático e transferência de tecnologia, indicando um reconhecimento da importância de recursos adequados e da colaboração global para enfrentar as mudanças climáticas. No entanto, a complexidade das negociações também ressaltou a necessidade de uma estratégia diplomática mais coesa para garantir que as metas ambientais sejam efetivamente alcançadas.

A cooperação regional e internacional emergiu como um tema crucial ao longo da análise. O Brasil, ao buscar uma posição de destaque na diplomacia climática, deve considerar não apenas suas relações bilaterais, mas também o fortalecimento de alianças multilaterais. A construção de pontes com outros países em desenvolvimento e a colaboração ativa em fóruns internacionais tornam-se elementos-chave para reforçar a eficácia das ações brasileiras no enfrentamento das mudanças climáticas.

É imperativo destacar que a análise realizada abrangeu um período específico, refletindo uma fase particular na evolução da diplomacia climática brasileira. O dinamismo inerente ao tema exige uma vigilância contínua e ajustes estratégicos à medida que novos desafios surgem e as circunstâncias globais evoluem. Este estudo, portanto, fornece uma fotografia de um momento significativo, convidando a um acompanhamento constante das políticas climáticas brasileiras.

Em síntese, a diplomacia climática brasileira entre a COP23 e a COP24 demonstrou avanços consideráveis, mas também destacou áreas que demandam atenção contínua. À medida que o Brasil se esforça para equilibrar suas demandas socioeconômicas com responsabilidades ambientais, a diplomacia climática permanece uma ferramenta crucial na construção de um futuro sustentável. Este

estudo visa contribuir para o entendimento desses desafios e conquistas, incentivando a continuidade do diálogo e da ação efetiva no combate às mudanças climáticas.

## REFERÊNCIAS

- AEA (2017). **Agência Europeia do Ambiente**. Retirado de <http://www.eea.europa.eu> (último acesso a 4 de dezembro de 2017).
- ALDEN, C. & Hughes, C. R. (2009). **Harmony and discord in China's Africa strategy: Some applications for Foreign Policy**. *China Quarterly*, 199, 563-584.
- ALDY, J. E. (2014). **The crucial role of policy surveillance in international climate policy**. *Climatic Change*, 126(3), 279-292.
- ANEEL (2016). **Relação de Projetos de Eficiência Energética cadastrados na ANEEL**. Retirado de <http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=27> (último acesso a 15 de janeiro de 2016).
- ANNUAL Report 2017**. [S. I.]: United Nations Office for Disaster Risk Reduction – UNISDR, 2017. Disponível em: [https://www.unisdr.org/files/58158\\_unisdr2017annualreport.pdf](https://www.unisdr.org/files/58158_unisdr2017annualreport.pdf). Acesso em: 14 nov. 2023.
- AOSIS (2016). **Alliance Of Small Island States**. Retirado de <http://aosis.org/> (último acesso a 4 de julho de 2018).
- ASSAD, E. D. & Pinto, H. S. (2008). **Aquecimento global e a nova geografia da produção agrícola no Brasil**. Brasília: Embaixada Britânica; Campinas: Embrapa/Unicamp.
- BAATZ, C. (2013). **Responsibility for the past? Some thoughts on compensating those vulnerable to climate change in developing countries**. *Ethics, Policy and Environment*, 16(1), 94-110.
- BAATZ, C. **Responsibility for the past?** Some thoughts on compensating those vulnerable to climate change in developing countries. Abingdon: *Ethics, Policy and Environment*, v. 16, n. 1, pp. 94-110, 2013.
- BACKSTRAND, K. (2012). **Democracy and global environmental politics**. In P. Dauvergne (Ed.), *Handbook of global environmental politics* (2 Ed.) (pp. 507-519). Cheltenham: Edward Elgar Publishing.
- BARKIN, N. & Piper, E. (2017). **In Davos, Xi makes case for Chinese leadership role, Reuters**. Retirado de <http://uk.reuters.com/article/us-davos-meeting-china-idUKKBN15118V> (último acesso a 2 de maio de 2017).
- BECK, U. **A sociedade de risco mundial: Em busca de segurança perdida, 1944-2015**. Lisboa, Portugal: Almedina, 2016.
- BERNAUER, T. & Betzold, C. (2012). **Civil society in global environmental governance**. *Journal of Environment and Development*, 21, 62-66.

BETTS, R. K. (2007). **Enemies of intelligence: Knowledge and power in American National Security**. New York: Columbia University Press.

BETZOLD, C. (2013). **Non-State actors in international climate change negotiations: A synthesis (Working Papers 61/2013)**. National Centre of Competence in Research (NCCR).

BRASIL (2009). **Lei nº 12.187 de 2009**. Retirado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm) (último acesso a 4 de julho de 2018).

BROWN, L. D. (2008). **Creating credibility: Legitimacy and accountability for transnational civil society**. Sterling: Kumarian Press.

CASTELLS, 1997. **Manuel. the power of identify: the information our: economy society and culture**. Disponível em: [https://detrterritorialinvestigations.files.wordpress.com/2015/03/manuel\\_castells\\_the\\_rise\\_of\\_the\\_network\\_societybookfi-org.pdf](https://detrterritorialinvestigations.files.wordpress.com/2015/03/manuel_castells_the_rise_of_the_network_societybookfi-org.pdf) Acesso em: 13 nov. 2023.

CLEMENCON, R. (2016). **The two sides of the Paris Climate Agreement: Dismal failure or historic breakthrough?** *Journal of Environment and Development*, 25(1), 3-24.

**CLIMATE Change 2007: The Physical Science Basis**. Genebra: Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC, 2007. Disponível em: [https://www.slvwd.com/sites/g/files/vyh1if1176/f/uploads/item\\_10b\\_4.pdf](https://www.slvwd.com/sites/g/files/vyh1if1176/f/uploads/item_10b_4.pdf). Acesso em: 14 nov. 2023.

**CLIMATE Change 2013: The Physical Science Basis**. Genebra: Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC, 2013. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar5/wg1/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

**CLIMATE Change 2014: Mitigation of Climate Change**. Genebra: Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC, 2014. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar5/wg3/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

**CLIMATE Change 2014: Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, R.K. Pachauri and L.A. Meyer (eds.)]. Genebra: IPCC, 2014. Disponível em: [https://epic.awi.de/id/eprint/37530/1/IPCC\\_AR5\\_SYR\\_Final.pdf](https://epic.awi.de/id/eprint/37530/1/IPCC_AR5_SYR_Final.pdf). Acesso em: 14 nov. 2023.

CONCA, K. (2001). **Environmental cooperation and international pace**. In P. F. Diehl & N. P. Gleditsch (Eds.), *Environmental conflict* (pp. 225-47). Boulder: Westview.

COPELAND, B. & Taylor S. (2004). **Trade, growth and the environment**. *Journal of Economic Literature* (Working Paper nº 9823), 42(1), 7-71, July.

DORMAN, P. (2005). **Evolving knowledge and the precautionary principle.** *Ecological Economics*, 53, 169-176.

ELKERBOUT, M. (2017). **Trump's Paris exit: A blow to climate politics, but a boon to regional climate policy?**. CEPS Commentary. Retirado de [https://www.ceps.eu/system/files/ME\\_TrumpPostParis.pdf](https://www.ceps.eu/system/files/ME_TrumpPostParis.pdf) (último acesso a 4 de dezembro de 2017).

FOGEL, C. (2007). **Constructing progressive climate change norms: The US in the Early 2000s.** In M. E. Pettenger (Ed.), *The social construction of climate change: Power, knowledge, norms, discourses* (pp. 99-120). Hampshire: Ashgate Publishing.

Fórum Económico Mundial (2018). **Relatório de riscos globais 2018 – Resumo executivo.** Retirado de <http://reports.weforum.org/global-risks-2018/files/2018/01/Global-Risks-Report2018-Executive-Summary-PT.pdf&embedded=true> (último acesso a 4 de julho de 2018).

GARDINER, S. **Ethics and climate change: An introduction.** [S. l.]: Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change, v. 1, n. 1, pp. 54-66, 2010.

GROSSMAN, G.; KRUEGER, A. **Environmental impacts of a North American free trade agreement.** In P. Garber (Ed.). *The U.S.-Mexico free trade agreement.* Cambridge: MIT Press, 1993.

GRUBB, M. **Seeking fair weather: Ethics and the international debate on climate change.** [S. l.]: *International Affairs*, v. 71, n. 3, pp. 463-496, 1995.

HAAS, P.; KEOHANE, R.; LEVY, M. **Institutions for the Earth: Sources of effective international environmental protection.** Cambridge: MIT Press, 1993.

**INTERGOVERNAMENTAL Panel on Climate Change.** Disponível em: <http://www.ipcc.ch/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

IPCC (2011). **Workshop Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change Workshop on Impacts of Ocean Acidification on Marine Biology and Ecosystems.** Retirado de [https://www.ipcc.ch/pdf/supporting-material/IPCC\\_IAOMBE\\_WorkshopReport\\_Japan.pdf](https://www.ipcc.ch/pdf/supporting-material/IPCC_IAOMBE_WorkshopReport_Japan.pdf) (último acesso a 27 de março de 2015).

IPCC (2011). **Workshop Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change Workshop on Impacts of Ocean Acidification on Marine Biology and Ecosystems.** Retirado de [https://www.ipcc.ch/pdf/supporting-material/IPCC\\_IAOMBE\\_WorkshopReport\\_Japan.pdf](https://www.ipcc.ch/pdf/supporting-material/IPCC_IAOMBE_WorkshopReport_Japan.pdf) (último acesso a 27 de março de 2015).

LAGO, 2007. André Aranha Corrêa. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas.** Disponível em: [https://funag.gov.br/loja/download/903-Estocolmo\\_Rio\\_Joanesburgo.pdf](https://funag.gov.br/loja/download/903-Estocolmo_Rio_Joanesburgo.pdf) Acesso em: 14 nov. 2023.

LAGO, A. A. C. **Conferências de desenvolvimento sustentável**. Brasília: FUNAG, 2013.

MCCORMICK, J. **Reclaiming paradise: The global environment movement**. Bloomington: Indiana University Press, 1989.

MEA (2005). **Millennium Ecosystem Assessment. Appendix D: Glossary. Ecosystems and Human Well-being: Current States and Trends**. Findings of the Condition and Trends Working Group, Vol.1. Retirado de <https://www.millenniumassessment.org/documents/document.356.aspx.pdf>.

ONUF, 2001. Nicholas Greenwood. **world of our making**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/Tmt8TZWCn68MThNPHPfhGHh/?lang=pt> Acesso em: 13 nov. 2023.

OSTROM, E. **Governing the commons: The evolution of institutions for collective action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

PENMAN, J. et al. **Definitions and methodological options to inventory emissions from direct human-induced degradation of forests and devegetation of other vegetation types**. Hayama Kanagawa: IPCC National Greenhouse Gas Inventories Programme, 2003. Disponível em: [https://www.ipcc-nggip.iges.or.jp/public/gpglulucf/gpglulucf\\_files/Task2/Degradation.pdf](https://www.ipcc-nggip.iges.or.jp/public/gpglulucf/gpglulucf_files/Task2/Degradation.pdf). Acesso em: 14 nov. 2023.

PURVIS, N.; BUSBY, J. **The security implications of climate change for the UM System**. [S. l.]: ECSP Report, 10, 2004.

**UNITED Nations Framework Convention on Climate Change - UNFCCC**. Disponível em: <https://unfccc.int/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

WENDT, 1999. Alexander. **social theory of international politics**. Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/4086/4086\\_3.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/4086/4086_3.PDF) Acesso em: 14 nov. 2023.

YOHE, G. et al. (2006). **A synthetic assessment of the global distribution of vulnerability to climate change from the IPCC perspective that reflects exposure and adaptive capacity**. Palisades: Center for International Earth Science Information Network, Columbia University, 2006.

YOUNG, O. R. **Negotiating an international climate regime: The institutional bargaining for environmental governance**. In N. Choucri (Ed.), *Global accord: Environmental challenges and international responses*. London: MIT Press, 1993.